

Aos dezenove dias do mês de janeiro de dois mil e vinte e dois, foi realizada virtualmente a quinquagésima Reunião Extraordinária do Conselho Estadual de Saúde – CES, com as participações dos senhores conselheiros (as): Tereza Cristina Xavier Carvalho, Cassio Andre Garcia, Stela dos Santos Souza, Mirella Dias Almeida, Isadora Oliveira Maia, Jose Saturnino Rodrigues, Luiz Delfino Mota Lopes, Jorge Castilho Mullem Neto, Ivanilda Souza de Brito, Clovis de Santana Reis, Maria Soraya Pinheiro de Amorim, Glaucio Roberto Santana de Jesus, Ana Carina Dunham Monteiro, Evandro Almeida Gouveia Sobrinho, Anderson Freitas de Santana, Maria da Conceição Sanches Passidomo, Kairo Silvestre Menezes Damasceno, Thomas William Hutchinson, Adijeane Oliveira de Jesus, Jose Vasconcelos de Freitas, Lourani Maria Carneiro dos Santos, Edson Cruz dos Santos, Silvanete Brandão Figueiredo, Joselito Pereira da Luz, Milena Botelho Pereira Soares, Jose Silvino Gonçalves, dos Santos, Marcos Antonio Almeida Sampaio, Marleide Castro dos Santos, Ananias Nery Viana. Às 09h o **Senhor Presidente** comunicou que o quórum ainda não estava completo e sugeriu que iniciár os informes. Assim que o quórum estivesse completo, declarava a reunião aberta, proposta que foi aprovada pelos conselheiros presentes. Em seguida, o senhor presidente concedeu a palavra para os informes dos conselheiros. **A conselheira Ivanilda Souza de Brito** chamou a atenção para o aumento de casos de Covid-19 e gripe no Estado da Bahia. Destacou que os aumentos de casos estavam causando uma grande sobrecarga de trabalho aos profissionais de saúde e muitos estavam se contaminando. Solicitou à secretaria que tomasse todas as precauções possíveis com esses profissionais, porque sem eles seria impossível vencer a luta contra o vírus da Covid-19. Ressaltou que os anos de 2020/2021, foram muito dolorosos, com muitas perdas, e estava surgindo uma nova onda. Os gestores das unidades precisavam exigir que os profissionais tomassem os cuidados devidos para se protegerem. **A conselheira Stela dos Santos Souza** informou que os apoiadores do Conselho Estadual dos Secretários Municipais de Saúde da Bahia, estavam acompanhando de perto as lutas dos municípios afetados pelos desastres ambientais das fortes chuvas. Mencionou que algumas unidades de saúde estavam inoperantes devido à total destruição. Relatou ter contatado o Ministério da Saúde para expor a situação e ter discutido com a Secretária da Saúde possíveis soluções. Além disso, destacou uma preocupação quanto à portaria recente do Ministério da Saúde, que anunciava o fim dos leitos COVID-19 a partir de 1º de fevereiro. Isso era alarmante devido ao aumento exponencial de casos positivos, e questionou como os pacientes seriam atendidos sem esses leitos. Mencionou que levou essa preocupação ao conselho como um informe e planejava intervir nessa decisão através do Conselho Nacional de Secretários Municipais de Saúde, do qual é Diretora, e também na reunião da Comissão Intergestores Tripartite (CIT), questionou o posicionamento do Ministério da Saúde. **O conselheiro Jose Silvino Gonçalves, dos Santos** solicitou a Secretária Tereza Paim informações sobre a nova variante dentro das unidades prisionais. Mencionou que havia recebido algumas informações de lideranças que realizavam visitas às unidades prisionais nos municípios, porém não tinha uma visão geral do estado sobre a quantidade de unidades prisionais acometidas pela nova variante. "Questionou também como estava o andamento da transição da participação maior, de fato a secretaria da saúde já tinha uma atuação, mas era muito tímida, muitas vezes não oficializada, através dos recursos do Ministério da Saúde que garantissem a prestação do serviço na sua plenitude." **A conselheira Marleide Castro dos Santos** informou que a reunião estava sendo realizada de forma virtual devido ao aumento de casos da nova variante de COVID-19 e da gripe H3N2. Mencionou que a sala deveria estar com menos pessoas, seguindo as recomendações para evitar aglomerações. Alertou que muitos conselheiros estavam publicando nas redes sociais participações em festas e eventos com muita gente, porém não era o momento para isso, precisavam dar o exemplo. Destacou que o Fórum Pensar Saúde arrecadou

alimentos, mantimentos, roupas e água para ajudar os municípios afetados pelas chuvas. Mencionou que o Presidente, representando o Fórum Pensar Saúde, esteve pessoalmente nos municípios, e que era necessário que os conselheiros fossem mais atuantes nas atividades propostas pelo Conselho e pelo controle social. Chamou a atenção para a importância da união de todos no combate à pandemia, ressaltando que ela poderia durar muito tempo. **O conselheiro José Vasconcelos de Freitas** informou que o Governo Federal havia realizado cortes nos recursos para a prestação dos serviços de hemodiálise. Mencionou que recebeu denúncias dos pacientes renais do município de Simões Filho, relatando que um paciente renal crônico morreu por falta de transporte para a realização de hemodiálise. Outra denúncia foi referente ao veículo da prefeitura, que não é adaptado para cadeirantes, obrigando esses pacientes a se deslocarem de ônibus para realizar hemodiálise. Além disso, um paciente perdeu um transplante por não ter um transporte para chegar ao Hospital Ana Nery em tempo hábil. Destacou que esses são três fatos graves que precisam ser solucionados o mais rápido possível junto à Secretaria de Saúde de Simões Filho. Chamou a atenção para a necessidade de a secretaria desenvolver cartilhas e divulgar materiais informativos através da imprensa e jornais para tranquilizar os familiares dos pacientes renais crônicos em relação à nova variante Ômicron. **O Senhor Presidente** informou que na reunião da Comissão Organizadora da Conferência do Conselho Nacional de Saúde Mental, muitos presidentes de conselho relataram dificuldades para realizar a Conferência Estadual de Saúde Mental. Mencionou que na próxima reunião do CES, a Conferência Estadual de Saúde Mental seria um ponto de pauta para discutir o formato da conferência e outras questões relacionadas. Acrescentou que estava participando ativamente das discussões sobre a vacinação e a defesa dos protocolos sanitários referentes às aglomerações. **O conselheiro Joselito Pereira da Luz** destacou a necessidade de verificar com a Secretaria da Saúde a distribuição de protetor solar para pessoas com albinismo. Informou que a Associação das Pessoas Com Albinismo na Bahia solicitou ao Ministério da Saúde uma reunião com a participação da Comissão Nacional de Incorporação de Tecnologias no Sistema Único de Saúde (CONITEC) e da Agência Nacional de Vigilância Sanitária (ANVISA). O objetivo da reunião seria discutir a alteração da norma que regulamenta a comercialização de protetor solar, já que os gestores públicos têm encontrado dificuldades para adquiri-los devido à classificação como cosméticos, embora para pessoas com patologias de pele, eles funcionem como medicamentos. A Associação estava buscando uma reunião com os órgãos competentes para discutir a alteração da norma, se necessário. Estavam aguardando a marcação da reunião e consideravam importante a participação de um representante da assistência farmacêutica estadual. Comunicou que o Ministério da Saúde autorizaria, em janeiro, a publicação da Política Nacional de Atenção à Pessoa com Albinismo. A política estadual seria discutida na próxima reunião ordinária do conselho. **O Senhor Presidente** informou que encaminhou aos e-mails dos conselheiros a Política Estadual de Atenção à Pessoa com Albinismo, solicitando contribuições. Mencionou que Joselito foi designado, conforme o regimento do conselho, para analisar as propostas estabelecidas na política e conduzir uma discussão qualificada sobre o assunto. Havendo quórum, o Senhor Presidente declarou aberta a reunião e realizou a leitura do roteiro da reunião: “Roteiro da Quinquagésima Primeira Reunião Extraordinária do Conselho Estadual de Saúde, data: 19/01/2022, virtual das 14h às 17h. Objetivos da 51ª Reunião Extraordinária Virtual, Informes dos Conselheiros: O Senhor Presidente franqueia a palavra aos (as) Senhores (as) Conselheiros (as) para fazerem as comunicações de suas entidades (03 minutos por conselheiros). Situação do enfrentamento da COVID 19 e Síndromes Gripais na Bahia, Expositora: Dra. Isabel Marcílio. Programa Estadual de Incentivo à Transferência de Conhecimentos Técnica assistencial aos Serviços de Saúde do Sistema Único de Saúde - SUS Expositora: Dra. Tereza Cristina Paim Xavier Carvalho”. **A Dra. Tereza Paim - Secretária da Saúde** solicitou a inversão da pauta por conta de uma agenda com o Governador. **O Senhor Presidente** colocou em apreciação a proposta de inversão de pauta solicitada pela Secretária Tereza Paim, os conselheiros (as) aprovaram a inversão de pauta. **O Senhor Presidente** franqueou a palavra a Secretária Tereza Paim para apresentação do Programa Estadual de Incentivo à Transferência de Conhecimentos Técnica assistencial aos Serviços de Saúde do Sistema Único de Saúde- SUS, que foi encaminhada por e-mails a todos (as) conselheiros (as). **A Dra. Tereza Paim - Secretária da Saúde** saudou a todos e salientou que estava em período complicado para os profissionais da saúde, algumas notas técnicas saíam ainda, e a Secretaria estava cuidando continuar acolhendo e agregando valores aos trabalhadores que tanto tem demonstrado eficiência, resiliência, com

tantas adversidades. Realizou a apresentação do Programa Estadual de Incentivo à Transferência de Conhecimentos Técnico Assistencial aos Serviços de Saúde, que foi enviado por e-mail aos (as) conselheiros (as). **O Senhor Presidente** agradeceu a Dra. Tereza pela explanação e franqueou a fala os (as) conselheiros (as). **O conselheiro Anderson Freitas de Santana** parabenizou a Dra. Tereza pela apresentação, afirmando que o projeto era muito inovador, ousado e com a perspectiva de retomar as principais funções do SUS. Destacou que o projeto reordenava a formação em saúde de recursos humanos, avançando na gestão do trabalho e na educação na saúde. Solicitou à Dra. Tereza esclarecimentos sobre dois pontos que geraram dúvidas. Primeiro, em relação à gestão administrativa e financeira, mencionou a questão da cessão do bem público para a instituição a ser conveniada. Segundo, nos critérios, não conseguiu visualizar o curso de medicina e gostaria de saber se existe outro projeto que seria criado à parte ou se esse aspecto não foi contemplado no projeto. Reiterou que, nesse projeto, as instituições públicas foram pensadas pela Secretaria para, inicialmente, contemplar as universidades públicas. Enfatizou que era fundamental garantir que os campos de prática do SUS pudessem atender às universidades, uma vez que o objetivo era formar profissionais de saúde para atuar no SUS e para o SUS, sendo essa a primeira intenção do projeto. **A conselheira Marleide Castro dos Santos** Comentou que a apresentação da Dra. Tereza foi bastante objetiva, e não conseguiu entender completamente o propósito do programa. Sugeriu que o programa fosse enviado ao conselho com antecedência para permitir uma análise mais detalhada. Enfatizou que a participação dos conselheiros era crucial na discussão, uma vez que o pleno do conselho seria responsável por aprovar o programa. Apontou que a apresentação foi breve e deixou algumas questões sem resposta, especialmente em relação ao gerenciamento e à administração das faculdades e hospitais públicos. Embora tenha sido abordada a questão das pesquisas, a parte administrativa não recebeu destaque. Expressou sua insatisfação com a apresentação, pois esperava uma exposição mais detalhada e compreensível, dada a importância do programa. Destacou que não conseguiu compreender completamente os aspectos abordados. **O conselheiro Luiz Delfino Mota Lopes** compartilhou sua visão sobre os diversos modelos de gestão, expressando apoio ao modelo que envolve parcerias com universidades. Como exemplo, mencionou sua experiência na Escola Bahiana de Medicina e Saúde Pública, onde o Hospital Santa Izabel atuava como retaguarda, enfrentando dificuldades financeiras. Também lembrou seus estágios no Hospital Roberto Santos, onde enfrentou desafios semelhantes. Destacou a importância desse modelo, pois integra profissionais de saúde e residentes com pesquisas e desenvolvimento. Expressou interesse em testar e estudar esse modelo para avaliar seu impacto. Reconheceu que, embora existam modelos com resultados positivos, algumas organizações sociais não atendem às expectativas. No entanto, expressou simpatia por modelos que envolvem universidades, visando gerar conhecimento, desenvolvimento e inovação. Manifestou esperança de que isso traga melhorias significativas para a saúde pública. Quanto à maternidade Maria Conceição, admitiu desconhecer sua localização. **A Dra. Tereza Paim - Secretária da Saúde** Comunicou que o Hospital João Batista Caribé foi convertido em maternidade, sendo renomeado em homenagem a Maria da Conceição, uma profissional de saúde que faleceu de COVID-19. **A Dra. Tereza Paim - Secretária da Saúde** Informou que precisaria se ausentar da reunião, pois foi convocado pelo Governador, e designou o senhor Maicon para representá-la. **O conselheiro José Silvino Gonçalves dos Santos** Destacou a importância de acompanhar os avanços científicos e as necessidades dos usuários do SUS para garantir uma assistência de qualidade. Entretanto, ao discutir a transferência de conhecimento técnico, expressou insegurança devido aos ataques que o SUS vem sofrendo. Salientou a importância de esclarecer para quem seria transferido o conhecimento e se seriam utilizados recursos próprios do SUS para essa finalidade. **A conselheira Ana Carina Dunham Monteiro** mencionou que a apresentação careceu de elementos esclarecedores e expressou preocupação de que o projeto possa enfrentar dificuldades com os repasses de recursos para as universidades públicas, resultando em possíveis ataques a essas instituições. Levantou a questão sobre qual seria a proposta de contrapartida para as instituições de ensino superior privadas, considerando que o projeto proíbe a exploração para fins lucrativos. Enfatizou que o projeto foi apresentado ao conselho apenas para conhecimento, sem a necessidade de votação, e sugeriu uma análise mais aprofundada por parte dos conselheiros, dada a natureza do novo modelo de gestão proposto. Além disso, destacou que o Conselho Estadual de Saúde não foi informado sobre a audiência pública realizada sobre o projeto. **O conselheiro Clovis de Santana Reis** destacou que as preocupações levantadas pelos

conselheiros anteriores eram pertinentes. A apresentação deixou muitas dúvidas sobre o modelo de transferência de tecnologia e a proposta concreta. Ressaltou a importância de revisar os limites constitucionais do SUS ao considerar a transferência de recursos para serviços públicos de saúde, especialmente envolvendo instituições de ensino superior privadas. Acreditava que essa revisão também deve incluir instituições públicas, já que os termos frequentemente usados são convênio e cooperação para transferência de tecnologia, instrumentos tradicionalmente celebrados entre estados. Mencionou que não encontrou informações sobre esse modelo de gestão em outras fontes, necessitando de mais esclarecimentos, principalmente sobre a conformidade legal, uma vez que o processo não foi submetido à revisão das ações de saúde antes da publicação do Decreto. Enfatizou que a questão deveria ser submetida ao controle social da saúde para análise antes da aprovação, considerando as mudanças no modelo de gestão e os limites legais para a transferência de gestão e prestação de serviços de saúde. A constituição orienta que a prestação de serviços de saúde deve ser primariamente realizada pelo serviço público. Identificou dois problemas no processo: a necessidade de submissão ao controle social para apreciação, devido à execução da saúde, e a revisão do modelo de gestão pelo conselho de saúde para garantir conformidade legal. É essencial determinar se a gestão e prestação de serviços podem ser transferidas a instituições de ensino superior públicas, enquanto para as privadas, a Constituição permite apenas transferências para funções e papéis específicos de forma suplementar. Portanto, sugeriu que o Conselho deveria analisar a questão e, se necessário, solicitar auxílio ao Ministério Público para uma análise mais detalhada. **A conselheira Ivanilda Souza de Brito** destacou que o Governo falhou ao não dialogar com o controle social sobre o tema. Com tantas dúvidas, torna-se difícil realizar a votação do projeto. É necessário um esclarecimento mais detalhado para que a votação possa ocorrer com a devida compreensão. Embora concorde com o desenvolvimento tecnológico e a transferência de tecnologia, enfatizou a necessidade de dados mais objetivos e claros, especialmente em relação à gestão do projeto. Ressaltou que o Conselho Estadual de Saúde deve ser convidado a participar dessas discussões para contribuir efetivamente. **O Senhor Presidente** esclareceu que a pauta não será submetida à votação, sendo apenas uma apresentação para conhecimento. Citou o art. 24 do regimento do conselho, que estabelece: "Iniciada a ordem do dia e havendo relatórios e pareceres, os conselheiros designados farão a leitura e emitirão o seu voto". No §1º, está previsto que "após a leitura do parecer, o presidente franqueará a palavra aos conselheiros para os esclarecimentos necessários". E no §2º: "No início da discussão, poderá ser pedido vista, devendo o assunto retornar para uma reunião ordinária ou extraordinária seguinte, a critério do plenário, para apreciação e votação. Mesmo que esse direito seja exigido por mais conselheiros, o que pediu vista será o relator". Ressaltou que o art. 24 se refere a relatórios e pareceres, não a apresentações. Sugeriu a criação de um grupo de trabalho (GT) temporário para discutir o projeto de forma mais aprofundada. Na próxima reunião do conselho, o GT traria um parecer para os conselheiros analisarem e emitirem um posicionamento. Destacou ainda que havia um decreto do Governador colocando o tema em consulta pública. **O conselheiro Joselito Pereira da Luz** mencionou que as pautas do conselho devem deixar claro o nível de intervenção possível, para evitar desperdício de tempo. Ressaltou a diferença entre o Governo apresentar uma matéria para apreciação do conselho e apresentar uma matéria apenas para comunicação. Explicou que o programa apresentado busca cumprir um decreto de 2021, e que o governador usou a prerrogativa dada pela constituição estadual para emitir o decreto. O programa se concentra na transferência de tecnologia entre o poder público, a gestão de saúde e as instituições de ensino superior, sem detalhar a transferência de gestão. Afirmou que é crucial avaliar se a matéria exige apreciação do conselho. A criação de um grupo de trabalho (GT) é importante, pois permitirá que os conselheiros obtenham informações mais detalhadas, enriquecendo a discussão. Solicitou ao Conselheiro Cássio, representante da gestão, que esclarecesse a natureza da matéria e se ela requer apreciação do conselho. Se for o caso, endossou as contribuições dos conselheiros e a sugestão do Presidente para a criação do GT, que apresentará um parecer concreto para deliberação do Conselho. **O Senhor Presidente** esclareceu que a matéria foi trazida apenas para apresentação e conhecimento dos conselheiros. **O conselheiro Joselito Pereira da Luz** levantou a questão sobre a competência do Conselho para deliberar sobre a matéria apresentada. **O conselheiro José Saturnino Rodrigues** compartilhou ter revisado a matéria anteriormente, destacando seu interesse especialmente por ter sido diretor do Hospital Santa Izabel por 13 anos. Durante esse período, testemunhou uma parceria bem-

sucedida entre a Escola Bahiana de Medicina e Saúde Pública e o hospital. Reconhecendo a preocupação dos conselheiros com as organizações sociais, ele ressaltou a importância de não generalizar, citando que muitas fundações são reconhecidas pelo Ministério Público por prestarem serviços de qualidade. Sublinhou a relevância de lembrar da longa e eficaz parceria entre o Hospital Santa Izabel e a Escola Bahiana de Medicina e Saúde Pública, estabelecida há mais de 50 anos. **O conselheiro Cassio André Garcia** explicou que a apresentação teve o propósito de fornecer aos conselheiros informações sobre o programa e colher suas opiniões, que seriam consideradas contribuições para sua modelagem, ainda em construção, baseada em um decreto do Governador. Salientou que a parte jurídica do programa estava em análise pela Procuradoria Geral do Estado (PGE) e que, após a publicação do edital, seria submetido aos órgãos de controle para avaliação. Embora concordasse que a pauta poderia ter sido apresentada com mais antecedência, enfatizou a dinâmica da área da saúde, especialmente diante do cenário da pandemia. Após a publicação do edital, está prevista uma nova consulta pública e mais reuniões com o conselho e os órgãos de controle. Destacou que o objetivo da modelagem do programa é fortalecer o Sistema Único de Saúde (SUS), garantindo sua totalidade e qualidade. Além disso, ressaltou a importância da transferência de conhecimento entre universidades e o SUS, onde ambos aprendem e se beneficiam das inovações científicas para formar novos profissionais aptos a atuar no sistema de saúde pública. **O Senhor Maicon - Diretor da Rede Própria da SESAB** mencionou que o decreto foi antecedido por uma consultoria técnica, na qual a Dra. Lenir, renomada especialista em direito sanitário, teve participação. Ela validou a constitucionalidade da legislação que rege o SUS. Reforçando o ponto levantado pelo conselheiro Cássio, ele ressaltou que, até o momento, o único documento concreto disponível era o decreto. O propósito da apresentação era ampliar o debate e reunir sugestões e ideias para discutir com a sociedade a inovação do compartilhamento de conhecimento. Durante a criação do programa, o termo de transferência foi minuciosamente debatido. Ao mencionar transferência, ele explicou que se referia à absorção pelo Sistema Único de Saúde do conhecimento e das novas tecnologias geradas em colaboração com instituições de ensino superior. Ressaltou que a estrutura jurídica ainda não estava definida e que estava agendada uma reunião com o Ministério Público para discutir o decreto e o programa. Enfatizou a importância das contribuições do Conselho Estadual nesse processo. **O Senhor Presidente** sugeriu a formação de um Grupo de Trabalho (GT) com o objetivo de examinar o projeto e elaborar um parecer para ser discutido durante a reunião do conselho. **O Senhor Presidente** consultou se algum conselheiro divergia da proposta apresentada? **O conselheiro Clovis de Santana Reis** informou que o tempo para analisar o projeto era limitado e que seria essencial ter acesso aos recursos disponibilizados para o Estado, os quais ainda não haviam sido apresentados. Ele enfatizou a importância de examinar todo o material disponível, incluindo as perspectivas dos dois projetos apresentados, além do programa em discussão, para uma análise completa. Além disso, sugeriu que a composição do Grupo de Trabalho (GT) incluísse a representação de dois trabalhadores. Propôs que a conselheira Ana Carina, responsável pela proposta inicial, fosse uma dessas representantes do segmento. **O Senhor Presidente informou o GT definirá o prazo** informou que não tinha problema do GT ter a participação de dois trabalhadores, dois Gestores e quatro Usuários. **O conselheiro José Silvino Gonçalves dos Santos** defendeu a proposta de que o GT fosse composto por apenas dois usuários, um trabalhador e um gestor, permitindo que todos os conselheiros participassem. Ressaltou a importância de reavaliar o papel do Ministério Público e do Conselho. **O conselheiro Cassio André Garcia** apontou que um GT com um número maior de conselheiros dificultaria a formação de quórum. Sugeriu que seria interessante criar o GT com um número menor de conselheiros e incluir suplentes, permitindo que tanto titulares quanto suplentes participassem, assim como outros que desejassem contribuir. **O conselheiro Clovis de Santana Reis** informou que proposta feita pelos conselheiros Cassio e Silvino atendia às suas necessidades, e por isso ele retirou sua proposta inicial. **O Senhor Presidente** consultou os conselheiros sobre a composição do GT, e as seguintes indicações foram feitas: a conselheira Marleide como titular, o conselheiro Silvino como suplente pelo segmento de usuário, a conselheira Ana Carina como titular e o conselheiro Clovis como suplente pelo segmento de trabalhador. Além disso, sugeriu-se o conselheiro Marcos Sampaio como titular e o Conselheiro José Vasconcelos como suplente, representando a Coordenação Executiva do CES. O conselheiro Cassio Garcia seria titular pelo segmento de gestor, e a suplência desse segmento ficaria pendente de consulta entre os conselheiros para determinar quem ocuparia a vaga. **O Senhor**

Presidente solicitou ao secretário-executivo, Arão Capinam, que criasse um grupo no WhatsApp para que os conselheiros pudessem agendar a primeira reunião do GT. Em seguida, informou que passaria para o segundo ponto da pauta: a Situação do Enfrentamento à COVID-19 e Síndromes Gripais no Estado da Bahia, com a Dra. Isabel Marcílio como expositora. **A Dra. Isabel Marcílio** realizou a apresentação sobre a Situação Epidemiológica do Estado da Bahia, a qual foi enviada por e-mail aos conselheiros. **O Senhor Presidente** destacou a importância de um futuro debate para esclarecer os papéis do COES, SUVISA e DIVISA. Além disso, alertou sobre a invasão dos hackers ao sistema do CONECTSUS entre 10 e 25 de dezembro, afetando a confiabilidade dos dados durante esse período, devido à cobrança do passaporte da vacinação. Enfatizou a necessidade de dados atualizados para refletir a crescente de casos, especialmente diante da preocupação com a contaminação. Salientou a importância da confiabilidade dos dados e da inclusão de informações sobre faixa etária e raça/cor, considerando que a maioria das vítimas era composta por pessoas negras e pobres da periferia, devido à maior exposição ao vírus. Como exemplo, mencionou a necessidade de aumentar a oferta de ônibus nos horários de pico no transporte público. Solicitou que os dados de vacinação fossem apresentados separadamente, seguindo as informações do Ministério da Saúde. Após ouvir os conselheiros, planejava apresentar uma proposta de recomendação para que todos contribuíssem. **A conselheira Ana Carina Dunham Monteiro** parabenizou a Dra. Isabel Marcílio pela apresentação, reforçou a fala do Presidente Marcos, sobre o perfil e a necessidade do perfil das pessoas que estavam adoecendo. Como representante do Sindicato dos Trabalhadores de Enfermagem do Estado da Bahia, precisava saber como estava a vacinação dos trabalhadores da área de enfermagem, porque muitos órgãos têm buscado informações do sindicato, precisava do repasse dados oficiais por parte da Secretaria Municipal, SESAB e Ministério da Saúde. Chamou a atenção para alta possibilidade de transmissão e baixa letalidade do vírus da OMICRON, as pessoas estão criando uma ideia de aquisição de imunidade natural associada com a imunidade vacinal, com isso a doença não oferecia perigo. Mencionou que se preocupava com a questão da desigualdade, na medida em que se aumenta a vacinação a letalidade diminui, porém estava distante de 100% da população vacinada por conta do negacionismo. Mencionou que estava assistindo uma reportagem e o Japão estava dando subsídio para que as empresas institua novamente o trabalho remoto, e questionou na unidade que trabalha sobre rever essa possibilidade porque esse tem uma alta possibilidade de transmissão e trabalhador contaminado gerar efeito dominó. Chamou a atenção que não viu nenhuma recomendação sobre a necessidade da utilização de máscara, uso do álcool em gel, manter o distanciamento, é preciso se atentar para as notas técnicas da integração das vigilâncias reavaliarem essa questão. **O conselheiro José Silvino Gonçalves dos Santos** informou que ficou muito atento a apresentação da Dra Isabel, sobre o que estava ocorrendo no estado. Chamou a atenção da necessidade de incluir mas 01 município, que é constituído pelas unidades prisionais. Esse município "invisível" abriga aproximadamente 18 mil pessoas. Essas unidades prisionais, muitas vezes esquecidas, também consomem recursos, necessitam de vacinas e de ambientes adequados para quarentena. Demandam os mesmos cuidados que a população em geral, talvez até mais, devido às condições do ambiente onde se encontram. Os detentos não têm a possibilidade de ir até uma UPA, um Gripário ou um hospital; são geralmente atendidos nas próprias unidades prisionais, que são ambientes hostis. Mencionou que a professora Rivia estava preparando um relatório sobre a situação das unidades prisionais e as condições de vigilância sanitária nos presídios. Em nossa próxima reunião, teremos um panorama mais detalhado sobre o tipo de ambiente que estamos oferecendo a essas pessoas. É importante lembrar que, independentemente do que as levou até lá, até mesmo aqueles que foram presos injustamente ou cometeram crimes menores, merecem um tratamento humano. A privação de liberdade não deve significar a privação de dignidade e cuidados básicos, conforme estipulado na Lei de Execução Penal. Destacou que gostaria de saber se a informações detalhadas sobre como os detentos podem cumprir uma quarentena, quantas pessoas foram acometidas pela COVID-19, especialmente com a nova variante, dentro das unidades prisionais. Se tiver esses dados, por favor, disponibilize-os. Para encerrar, quero abordar a preocupação levantada por Stela no início da reunião. Se o Ministério da Saúde realmente encerrar os financiamentos para o combate à COVID-19 a partir de fevereiro, quais ações teremos para enfrentar essa situação? É essencial que tenhamos um plano de contingência, dado o cenário incerto e a falta de apoio do Governo Federal. **A conselheira Marleide Castro dos Santos** parabenizou Dra. Isabel pela apresentação, mencionou que seguiria a mesma linha de raciocínio do presidente Marcos, em relação

aos indicativos e gráficos apresentados. Mencinou que assistiu uma reportagem na TV Bahia, onde foi mostrado um gráfico sobre a ocupação de leitos e a vacinação. Notou algumas discrepâncias em comparação com os dados apresentados, no jornal do meio-dia, falaram que 73% ou 74% da população recebeu a primeira dose da vacina. No entanto, não mencionaram a segunda ou terceira doses, o que dificulta uma compreensão completa da situação. Há uma diferença entre os dados apresentados os divulgados pela mídia. Precisava de um cuidado especial com a precisão dessas informações. A SUVISA tem feito um trabalho excelente em epidemiologia, mas é crucial que os dados da SESAB que a mídia está usando sejam verificados quanto à sua precisão e atualização. **O conselheiro Clovis de Santana Reis** parabenizou Dra. Isabel, pela explanação clara, objetiva e didática. Também parabenizou ao COE e o Governo pelo papel desempenhado ao longo dessa pandemia, estava acompanhado o excelente desempenho de todos. Mencinou que os dados apresentados precisavam ser claros, como os conselheiros solicitaram, especialmente em relação ao que é mostrado na mídia, pois isso afeta diretamente o comportamento da população em relação à vacinação. É sempre importante mostrar esses dados de forma precisa, principalmente os dados de vacinação da população geral, que são essenciais para o controle pandêmico e para a comparação com outras informações recebidas. Chamou a atenção que muitas prefeituras têm adotado a prática de apresentar apenas extratos populacionais, focando no percentual de vacinação de grupos específicos, como a população adulta, para tentar mostrar um número mais alto. Em muitos municípios, combatemos isso utilizando os dados corretos da SESAB, para apresentar o percentual real de cobertura vacinal da população total, o que é crucial para entender o controle da pandemia. Solicitou ao Estado que continue na campanha de combate ao negacionismo, incentivando a vacinação e fornecendo informações corretas. É vital intensificar essa campanha, especialmente para os municípios que tentam mostrar um desempenho vacinal inflacionado. Mencinou que a população precisava entender a importância de se vacinar, principalmente aqueles que são influenciados por fake news e teorias negacionistas. Parabenizou ao COE pelo combate técnico e informado às recentes tentativas do governo federal de reduzir o tempo de afastamento laboral para trabalhadores contaminados, com a variante Ômicron, o retorno precoce ao trabalho pode aumentar a transmissibilidade e causar mais prejuízos econômicos. **Dra. Isabel Marcilio** agradeceu pelos cumprimentos feitos, a apresentação foi elaborada com base nos dados que o COES observa, dados esses coletados desde a ponta pelo trabalhador que faz a notificação. Esses dados são integrados ao sistema municipal e, posteriormente, chegam ao sistema estadual. No estado, a vigilância é coordenada pela SUVISA, como já mencionado por Marcos. Os dados que analisamos aqui são os mesmos disponibilizados por diversos setores da SESAB, como a SAIS, que monitora a ocupação de leitos. Mencinou que o trabalho do COES é reunir informações provenientes de todas essas áreas, além dos municípios. A colaboração dos trabalhadores na ponta, muitos deles representados pelo sindicato da enfermagem, é essencial. Esses trabalhadores estão exaustos após dois anos de pandemia, mas são eles que notificam e fornecem os dados que utilizamos para avaliar a situação e transmitir as informações. Em relação à variante Ômicron, não estamos subestimando sua menor mortalidade, mas estamos preparados para abrir leitos caso a situação se agrave. Se muitas pessoas forem infectadas, algumas infelizmente poderão ter complicações graves. Sobre os dados de vacinação e sua estratificação por classe de trabalhador, esses dados aparecem no SPMI, um sistema complexo. Devido ao recente ataque cibernético sofrido pelo Ministério, muitos municípios estão atrasados na atualização do SPMI. A Vania está trabalhando nisso, mas ainda não tem todas as informações devido a esses desafios. Silvino, sobre as unidades prisionais, concordo que elas são frequentemente invisibilizadas, mas posso assegurar que estamos atentos a essa população. Muitos detentos não deveriam estar lá, como você mencionou. A DGC solicitou à CEAP um relatório recente sobre infecções por COVID, e estão finalizando esse relatório. Há poucos casos entre os internos e a vacinação está sendo acompanhada de perto. Clovis, agradeço muito por suas contribuições. Usamos a população total como parâmetro, conforme as diretrizes da OMS. Isso é essencial para compararmos nossos dados com o resto do mundo. Considero incorreto tecnicamente e uma decisão de marketing reduzir a população analisada. A vacinação para COVID é dinâmica e inicialmente focava na população adulta, depois nos maiores de 12 anos, agora nos maiores de 5 anos e, provavelmente, será estendida para os maiores de 2 anos. Nosso objetivo é vacinar todos e garantir a proteção populacional. A SESAB utiliza os dados do portal BI, um banco de dados público acessível a todos. A mídia também usa esses dados. A variação nos dados pode ocorrer

dependendo do horário da coleta, mas são os mesmos dados. Meu objetivo foi apresentar essas informações de forma didática. Estou sempre à disposição para discutir e revisar esses dados, buscando a melhor maneira de transmiti-los. **O conselheiro Cassio Andre Garcia** parabenizou o conselho por trazer essa pauta, tínhamos um acúmulo de pautas e às vezes tínhamos firmado o compromisso de trazer isso com uma periodicidade maior, como também chegou a época em outubro em que os dados estavam claros, outubro, novembro começou a cair o número de casos, a taxa de ocupação, isso trazia a sensação de que a pandemia estava acabando, mas não era uma nova variante, ela estava ativa aí, estava percebida do nosso lado aqui a quantidade de profissionais de saúde aqui na própria SEDE que hoje estavam acometidos e que testaram positivo, enfim, eu acho que todo mundo hoje conhecia alguém da família, do vizinho, do local de trabalho que estava positivado também, então não tinha acabado não e nós tínhamos que manter essa pauta viva e ativa e ir atualizando os dados sempre aqui no conselho, acho que era fundamental isso e até porque estávamos aí com a OMICRON ainda esperando que esse crescimento não continuasse, infelizmente ele continuava, então já deixar a proposta para a próxima reunião, no próximo mês, nós estávamos retomando esses dados atualizados para nós estarmos alinhados, em sintonia, dentro dessas discussões e medidas que nós tínhamos que estar tomando. **O Senhor Presidente** informou que antes de fazer as recomendações, disse que o conselho levantou aqui questões estruturantes, houve um processo de invasão de HACKER no sistema do Ministério da Saúde, o qual a base dos dados do município quanto do estado e a base de dados que é alimentada também pelo que está sendo na base de dados do Ministério, então ele colocou que durante um período que os dados mostraram, esses dados não foram divulgados pelo ministério. A outra questão também é que apresentou foi a questão do processo de vacinação; era bom se a gente pegar a dose de reforço, o município está baixíssimo e 16%, foi muito bom a gente dá visibilidade à questão da criança, só em Salvador, dando como exemplo, de 8 mil crianças que estavam lá, 2 mil crianças se apresentaram para tomar a vacina, isso para o Estado é muito importante e cumpre também o papel de fiscalizador. Ele agradeceu a Isabel e reforçou que achava importante o papel do COE, mas o COE não podia se sobrepor à Vigilância Sanitária, sobrepor a esse legado de técnicos, a esse legado de experiência que a gente tinha de referência de Vigilância Sanitária no Estado da Bahia. Ele disse que Carina trouxe algo importante no quesito dos trabalhadores, isso é importante sim, que o setor lá que trabalha também participa, achava que é importante isso porque vai enriquecer o debate, mas Rogério vai colocar uma proposta de para a gente fazer uma leitura para a gente dar o encaminhamento, agradecer a Isabel. Primeiro apresentar que no processo da discussão do Carnaval se haveria ou não haveria, no Conselho, em uma reunião nossa saiu uma recomendação que foi ponderante para ajudar no debate, ele pediu para Rogério aumentar porque não conseguia ler, tem aqui as partes dos considerandos, mas a gente vai logo, só um minutinho, aqui é uma proposta de recomendação, recomendo às unidades sanitárias, aos gestores públicos municipais e ao Governador do Estado da Bahia, que à luz das competências públicas constitucionais, no dever de garantir e proteger a saúde da população, atuando para a redução do risco de adoecimento, observando outros critérios técnicos sanitários, os riscos de aumento dos casos de COVID-19. Aqui tem os considerandos constitucionais, então vamos lá para os resolve, que aí é a proposta, Art. 1º Recomendar ao Governador do Estado da Bahia; as autoridades sanitárias e aos gestores públicos municipais quanto à fiscalização do comprovante de vacinação e à extensão da cobrança de todos os ambientes fechados e de oferta de serviço ao público. Parágrafo Único. O comprovante de vacina deverá ser exigido sem prejuízo de outros, nos seguintes locais: hotéis, consultórios, academias, Shopping center, templos religiosos, transporte público, incluindo taxi, transportes por aplicativos, Ferry Boat, ambientes fechados e atendimento ao público; Art. 2º Recomendar o uso de formulário on line que solicite comprovante de vacinação no momento da realização de qualquer tipo de reserva de serviços ou hospedagem; Art. 3º Recomendar a criação de um comitê de avaliação de flexibilização e restrições com a participação dos órgãos de controle social, cientistas e sociedade civil organizada, bem como o Conselho Estadual de Saúde – CES - Ba e dos Conselhos de Secretarias Municipais de Saúde- COSEMS; Art. 4º Recomendar as Câmaras de Vereadores a regulamentação e fiscalização do comprovante de vacinação decidido qual órgão irá fiscalizar e como será feito a fiscalização. Parágrafo Único. Definir a penalidade para o estabelecimento que não esteja cumprindo o decreto com aplicação de multa, com valor pré-estabelecido; Art. 5º Recomendar a população que fortaleça a fiscalização e que tenha uma iniciativa de apresentar os seus cartões de vacina da gripe e da COVID-19 em ambientes públicos e privados;

Parágrafo Único. A campanha para incentivo individual de apresentação do comprovante de vacina; Art. 6º Solicitar aos gestores públicos municipais que repliquem os decretos em seus municípios; Art.7º Recomendar o incentivo à vacinação de crianças juntamente com a cobrança do envio de mais vacinas, uma vez que o quantitativo previsto para chegar é insuficiente para as vinte milhões de crianças que precisam tomar auto imunizante no País. Parágrafo Único. Quanto mais crianças se vacinarem menos casos graves e mortes vão ter nessa faixa etária; Art. 8º Rever a recomendação de isolamento de cinco dias para a variante OMICRON. Parágrafo único. Os médicos e empresas devem oferecer atestados para cinco dias, independente do estado do paciente no 6º dia útil e que deve nortear o fim da COVID -19 a quarentena o teste negativo, antígeno ou PCR ; Art. 9º Cobrar a liberação de âmbito nacional, universal em massa. Parágrafo Único. Diagnóstico precoce impede a proliferação do vírus; Art. 10º Aplicação da 1ª dose; Art.11º Recomendar o apoio do Estado aos Municípios na ação dos aplicadores de vacina nos momentos de locais de vacinação, nos gripários e da contratação de equipes; Art. 12º Recomendar um cuidado especial dos trabalhadores de linha de frente; Art. 13º Recomendar a distribuição gratuita de máscaras do tipo PFF2/N95 para a população; Art. 14º Recomendar as prefeituras o termo de autorização com prescrição médica para a vacinação de crianças contra COVID- 19; Art. 15º Aumento da disponibilidade de transportes públicos em horário de pico afim de evitar aglomerações contribuindo para evitar a proliferação dos vírus. Art. 16º Criar políticas de garantia de segurança alimentar para a população entendendo. **A conselheira Marleide Castro dos Santos** mencionou ter tido uma conversa com Rivia, da SUVISA, sobre o poder de fiscalização e atuação. Expressou sua preocupação com a questão da fiscalização, mencionando que esta é regida por um Decreto, mas aparentemente não está sendo cumprida. Ela compartilhou sua experiência pessoal de visitar alguns restaurantes e clínicas, onde apenas um restaurante solicitou sua carteira de vacinação, enquanto nas clínicas não houve qualquer tipo de questionamento. Manifestou preocupação com o descumprimento desse decreto e perguntou se na recomendação poderia ser incluído um órgão fiscalizador que pudesse atuar a SUVISA, enfatizando a necessidade de fiscalização efetiva diante da existência do decreto que não está sendo seguido. **O Senhor Presidente** explicou que o Conselho desempenha um papel propositivo ao fazer recomendações, ressaltando que isso não viola competências, pois o Conselho é um órgão deliberativo, fiscalizador e propositivo. Ele destacou a importância das recomendações para influenciar políticas que afetam a saúde, enfatizando a necessidade de garantir o mínimo prejuízo possível para a saúde pública. Abordou a questão da fiscalização, apontando que os municípios precisam regulamentar seus órgãos fiscalizadores e os critérios de fiscalização, especialmente em relação aos decretos do governador. Por fim, concordou com a importância da recomendação de Silvanete sobre a necessidade de atenção aos direitos das pessoas com deficiência e idosas no processo de vacinação e assistência à saúde. **Dra Mariza** esclareceu que as responsabilidades das ações de vigilância sanitária estão a cargo dos municípios, abrangendo estabelecimentos como bares, restaurantes, templos religiosos e eventos. Destacou que o papel da vigilância sanitária estadual é acompanhar essas atividades e as medidas adotadas pelos municípios. Em casos de omissão ou ausência momentânea da vigilância municipal, a vigilância estadual intervém. Desde 26 de novembro, estamos fiscalizando eventos de massa, focando principalmente aqueles com maior risco à população. Salientou que estávamos emitindo boletins com as irregularidades encontradas durante as fiscalizações, especialmente em eventos de grande porte. Esta semana, observamos eventos em municípios da região sudoeste, com expectativa de expansão para a região sul. Propôs que os boletins sejam compartilhados com o Conselho Estadual para que conheçam nossa atuação. Destaquei que nosso trabalho tem um aspecto educativo e já obtivemos progressos junto aos organizadores de eventos autorizados pelos municípios. Realizou reuniões com as regiões e com a Prefeitura de Salvador para obter informações sobre os eventos autorizados. Enfatizou que, até o momento, emitiu apenas termos de recomendação, mas esta semana aplicamos autos de infração em casos graves de reincidência de organizadores de festas, cumprindo nossos limites e sem omitir a responsabilidade do Governo do Estado na fiscalização e cumprimento do decreto estadual. **O Senhor Presidente** informou que discutiu a questão da urgência e emergência nos locais de atendimento, destacando que, naquele momento, já era obrigatório que todos os profissionais, independentemente da área de atuação, apresentassem o cartão de vacinação. Porém, em consultórios odontológicos, de estética ou de atendimento clínico, essa exigência não era aplicada, nem para os profissionais nem para os pacientes. Colocou que, além da apresentação do

comprovante de vacinação, fosse estimulado o conscientização sobre a importância da vacinação. Clovis sugeriu incluir a exigência de comprovante de vacinação nos atendimentos de urgência e emergência, atendendo ao que foi discutido. Solicitou que a redação da recomendação fosse ajustada pelos próprios conselheiros antes de ser divulgada. Assim, pediríamos a colaboração do Conselheiro Clovis e de outros membros para os ajustes necessários. Após a discussão, não houve propostas contrárias. Portanto, solicitei que os conselheiros levantassem as mãos aqueles que concordavam com a recomendação e os ajustes propostos. Silvino manifestou-se a favor com as correções necessárias, e aguardamos as demais manifestações dos conselheiros presentes. O que ocorrer **O conselheiro Clovis de Santana Reis** perguntou sobre a questão dos religiosos. **O Senhor Presidente** informou que a Comissão Executiva e Comissão Eleitoral devem se reunir para emitir um parecer opinativo sobre a situação. **A conselheira Silvanete Brandão Figueiredo** informou que tinha dois pontos importantes que gostaria de abordar com o conselho. Primeiramente, trouxe à atenção a situação enfrentada pelas pessoas com deficiência, destacando que a ABADEF encaminhou um documento ao CEPRED devido às dificuldades de acesso a serviços como acompanhamento médico, cadeiras de rodas e muletas. Essas solicitações têm sido ignoradas, evidenciando uma falha na comunicação que precisa ser tratada com urgência. Solicitei ao conselho que tome medidas para resolver esse problema. Segundo compartilhar a notícia de minha eleição como presidente do Conselho Municipal da Pessoa com Deficiência. Convido todos os membros a se unirem a mim nessa jornada, pois juntos poderemos contribuir para a criação e implementação de políticas públicas que beneficiem as pessoas com deficiência em Salvador. **O senhor Presidente** parabenizou a conselheira Silvanete, pela sua eleição como presidente! Encaminharia um ofício à Secretária de Saúde, Dra. Tereza Paim, solicitando uma agenda com o CEPRED e o segmento de pessoas com patologias. Acredito que um debate produtivo pode nos proporcionar insights valiosos para enfrentarmos os desafios enfrentados pelas pessoas com deficiência no acesso aos serviços de saúde. **O conselheiro José Silvino Gonçalves dos Santos** informou que ficou de agendar uma reunião extraordinária para abordar a questão das comissões e as nomeações para sua composição, incluindo reposições e outras nomeações para o CEPS. É crucial lidar com isso, pois, como discutido na última reunião, algumas comissões estão com dificuldades, o que vai contra os princípios do SUS, especialmente a questão da paridade. Portanto, é urgente que marquemos essa reunião para tentar resolver essas questões e garantir o funcionamento adequado das comissões, evitando comprometer a paridade. Outro é questão da legalidade da comissão eleitoral, que propus na última reunião, mas que não foi votada. O regimento é claro quanto à formação da comissão eleitoral, e em uma das reuniões anteriores, decidimos que a mesa executiva tomaria as providências necessárias. No entanto, é importante esclarecer que isso não significa que a mesa executiva deva se tornar a comissão eleitoral. Na minha opinião, devemos reverter essa interpretação da plenária e garantir que a mesa executiva apenas tome as providências para constituir uma comissão eleitoral e conduzir o processo conforme o regimento **O Senhor Presidente informou** que essa questão já estava resolvida. Na reunião, a comissão executiva recebeu autorização não apenas para encaminhar o processo, mas também para tomar as medidas necessárias. Posteriormente, revisamos esse assunto e reafirmamos a decisão. Portanto, não devemos abrir espaço para revisar decisões já tomadas pelo pleno do conselho. Seguindo o pedido de uma das organizações envolvidas, a comissão irá proceder, notificando as organizações inscritas conforme delegado pelo pleno à mesa diretora. Não havendo mais conselheiros inscritos, declaro encerrada nossa reunião e agradeço a todos os presentes.

Secretaria da Saúde do Estado da Bahia - SESAB

Tereza Cristina Xavier Carvalho (**Titular**) _____

Cássio André Garcia (**Suplente**) _____

Conselho Estadual dos Secretários Municipais de Saúde da Bahia - COSEMS

Stela dos Santos Souza (**Suplente**) _____

Ministério da Saúde

Mirella Dias Almeida (**Titular**) _____

Federação das Aaes do Estado da Bahia- FEAPAES – BA

Isadora Oliveira Maia (**Titular**) _____

Fundação da Associação Baiana de Medicina -FABAMED

José Saturnino Rodrigues (**Suplente**) _____

Associação de Hospitais e Serviços de Saúde do Estado da Bahia – AHSEB

Luiz Delfino Mota Lopes (**Suplente**) _____

Sindicato dos Trabalhadores em Saúde do Estado da Bahia – SINDSAÚDE – BA

Ivanilda Souza de Brito (**Suplente**) _____

Sindicato dos Farmacêuticos do Estado da Bahia – SINDIFARMA

Clóvis de Santana Reis (**Titular**) _____

Maria Soraya Pinheiro de Amorim (**Suplente**) _____

Sindicato dos Fisioterapeutas e Terapeutas Ocupacionais do Estado da Bahia – SINFITO

Gláucio Roberto Santana de Jesus (**Suplente**) _____

Sindicato dos Enfermeiros do Estado da Bahia – SEEB

Ana Carina Dunham Monteiro (**Titular**) _____

Conselho Regional de Fonoaudiologia – 4ª Região – CREFON 4

Evandro Almeida Gouveia Sobrinho (**Suplente**) _____

Conselho Regional de Fisioterapia e Terapia Ocupacional da 7ª Região – CREFITO 7

Anderson Freitas de Santana (**Titular**) _____

Conselho Regional de Odontologia – CROBA

Maria da Conceição Sanches Passidomo (**Titular**) _____

Kairo Silvestre Meneses Damasceno (**Suplente**) _____

Grupo de Apoio à Prevenção à AIDS – GAPA

Gladys Maria Almeida Santos (**Titular**) _____

Grupo de Apoio ao Portador de Vírus HTLV-I e II do Estado da Bahia - HTLVida

Adijeane Oliveira de Jesus (**Suplente**) _____

Associação de Defesa dos Pacientes Crônicos Renais do Estado da Bahia – ASDEPACRE/BA

José Vasconcelos de Freitas (**Titular**) _____

Núcleo Assistencial para Pessoas com Câncer – NASPEC

Lourani Maria Carneiro dos Santos (**Suplente**) _____

Federação Interestadual dos Trabalhadores e Trabalhadoras na Indústria da Construção e do Mobiliário no Estados da Bahia e Sergipe – FETRACOM-BASE

Edson Cruz dos Santos (**Titular**) _____

Associação Baiana de Deficientes Físicos – ABADEF

Silvanete Brandão Figueiredo (**Suplente**) _____

Associação das Pessoas Com Albinismo na Bahia – APALBA

Joselito Pereira da Luz (**Titular**) _____

Federação das Indústrias do Estado da Bahia – FIEB

Milena Botelho Pereira Soares (**Titular**) _____

Confederação Nacional dos Bispos do Brasil - Regional Nordeste 3 – Bahia e Sergipe – CNBB

Maria Helena Ramos Belos (**Titular**) _____

Centro Afro de Promoção e Defesa da Vida Padre Eziquiel Ramim– CAP DEVER

José Silvino Gonçalves dos Santos (**Titular**) _____

Fórum Pensar Saúde

Marcos Antonio Almeida Sampaio (**Titular**) _____

Centro de Educação e Cultura do Vale do Iguape

Ananias Nery Viana (**Suplente**) _____



LISTA DE PRESENÇA
51ª REUNIÃO ORDINÁRIA EXTRAORDINÁRIA
DATA: 19/01/2022

SEGMENTO DE GESTOR (04)

O Secretário de Saúde do Estado da Bahia

Tereza Cristina Paim Xavier Carvalho (Titular) OK

Cássio André Garcia (Suplente) OK

Um representante da Secretaria de Meio Ambiente

Maurício Carneiro Paim (Titular) _____

Rosalvo de Oliveira Júnior (Suplente) _____

Um representante do Conselho Estadual dos Secretários Municipais de Saúde da Bahia - COSEMS

Raul Moreira Molina Barrios (Titular) _____

Stela dos Santos Souza (Suplente) OK

Um representante do Ministério da Saúde

Mirella Dias Almeida (Titular) OK

Glauber Almeida do Nascimento Silva (Suplente) _____

Secretário Executivo do CES

Arão Capinam de Oliveira _____



**SEGMENTO DE PRESTADOR
(PÚBLICO E/OU PRIVADO)
PRESTADORES DE SERVIÇOS DE SAÚDE (04)**

Dois Representantes Estaduais dos Prestadores de Serviço em Saúde

Federação das Apaes do Estado da Bahia- FEAPAES – BA

Isadora Oliveira Maia (Titular) OK

Fundação da Associação Baiana de Medicina -FABAMED

José Saturnino Rodrigues (Suplente) OK

Associação de Hospitais e Serviços de Saúde do Estado da Bahia – AHSEB

Mauro Duran Adan (Titular) _____

Luiz Delfino Mota Lopes (Suplente) OK

Um representante Estadual da Comunidade Científica

Instituto de Direito Sanitário Aplicado – IDISA

Thiago Lopes Cardoso Campos (Titular) _____

Universidade do Estado da Bahia – UNEB

Magno Conceição das Mercês (Suplente) _____

Um representante da BAHIAFARMA

Tiago Vidal Sá de Moraes (Titular) _____

Jorge Castilho Mullem Neto (Suplente) OK



SEGMENTO DE TRABALHADOR (08)

REPRESENTANTES DE TRABALHADORES NA ÁREA DE SAÚDE

04 (Quatro) Representantes Estaduais de Entidades Congregadas em Sindicatos e Federações

Sindicato dos Trabalhadores em Saúde do Estado da Bahia – SINDSAÚDE – BA

Tereza Cristina Bomfim de Jesus Deiró (Titular) _____

Ivanilda Souza de Brito (Suplente) OK _____

Sindicato dos Farmacêuticos do Estado da Bahia – SINDIFARMA

Clóvis de Santana Reis (Titular) OK _____

Maria Soraya Pinheiro de Amorim (Suplente) OK _____

Sindicato dos Médicos do Estado da Bahia – SINDMED

Leonardo Vinhas Silva (Titular) _____

Sindicato dos Fisioterapeutas e Terapeutas Ocupacionais do Estado da Bahia – SINFITO

Gláucio Roberto Santana de Jesus (Suplente) OK _____

Sindicato dos Enfermeiros do Estado da Bahia – SEEB

Ana Carina Dunham Monteiro (Titular) OK _____

Sindicato dos Auxiliares de Enfermagem, Técnicos de Enfermagem, Técnicos de Enfermagem do Trabalho e Técnicos de Patologia Clínica do Estado da Bahia – SINTEFEM

Adeilma Pinheiro da Conceição (Suplente) _____



04 (quatro) Representantes Estaduais de Conselhos de Classe e demais Associações Profissionais;

Conselho Regional de Enfermagem da Bahia – COREN

Maria Luiza Leitão Campelo (Titular) _____

Holmes Rocha dos Santos Filho (Suplente) _____

Conselho Regional de Fonoaudiologia – 4ª Região – CREFON 4

Nilma Lima dos Santos (Titular) _____

Evandro Almeida Gouveia Sobrinho (Suplente) OK

Conselho Regional de Fisioterapia e Terapia Ocupacional da 7ª Região – CREFITO 7

Anderson Freitas de Santana (Titular) OK

Fernanda dos Reis Souza (Suplente) _____

Conselho Regional de Odontologia – CROBA

Maria da Conceição Sanches Passidomo (Titular) OK

Kairo Silvestre Meneses Damasceno (Suplente) OK



SEGMENTO DE USUÁRIO (16)

04 (quatro) Representantes Estaduais do Fórum de Entidades de Patologias.

Grupo de Apoio à Prevenção à AIDS – GAPA

Gladys Maria Almeida Santos (Titular) _____

Associação Baiana das Pessoas com Doenças Falciformes – ABADFAL

André Luis Silva Gomes (Suplente) _____

Rede Nacional de Pessoas Vivendo com HIV/AIDS - RNP

Thomas William Hutchinson (Titular) OK _____

Grupo de Apoio ao Portador de Vírus HTLV-I e II do Estado da Bahia - HTLVida

Adijeane Oliveira de Jesus (Suplente) OK _____

Associação de Defesa dos Pacientes Crônicos Renais do Estado da Bahia – ASDEPACRE/BA

José Vasconcelos de Freitas (Titular) OK _____

Núcleo Assistencial para Pessoas com Câncer – NASPEC

Lourani Maria Carneiro dos Santos (Suplente) OK _____

Movimento de Reintegração das Pessoas Atingidas pela Hanseníase – MORHAN

Patrícia Gonçalves Soares (Titular) _____

Maria Ângela da Mata Santos (Suplente) _____

03 (TRÊS) Representantes Estaduais de Entidades Congregadas em Centrais e Federações de Trabalhadores Urbanos e Rurais, Exceto Entidades da Área da Saúde.

Central dos Trabalhadores e Trabalhadoras do Brasil – CTB

Francisco José Sousa e Silva (Titular) _____

Silvio Roberto dos Anjos e Silva (Suplente) _____



Federação dos Trabalhadores Rurais Agricultores e Agriculturas Familiares do Estado da Bahia- FETAG-BA

Lindiomar Dourado de Souza (Titular) _____

Federação dos Trabalhadores nas Indústrias Metalúrgicas, Construção e Reparação Naval, Offshore, Siderúrgicas, Mecânicas, Automobilísticas e de Autopeças, Mineração, Refrigeração, Fabricação e Montagem de Ciclomotores, Motos, Bicicletas, Aeronaves, Container e Andaimos, Equipamentos Geradores de Energia de Material Elétrico e Eletrônico de Informática, Empresas de Reparação de Veículos e de Serviço, Manutenção e Montagem no Estado da Bahia - FETIM-Ba

Flora Lassance Vieira Brioschi (Suplente) _____

Federação Interestadual dos Trabalhadores e Trabalhadoras na Indústria da Construção e do Mobiliário no Estados da Bahia e Sergipe – FETRACOM-BASE

Edson Cruz dos Santos (Titular) OK _____

Federação dos Bancários dos Estados da Bahia e Sergipe – FEEB.

Fernando Antônio Duarte Dantas (Suplente) _____

02 (dois) Representantes Estaduais do Fórum de Pessoas com Deficiência

Associação Baiana para Cultura e Inclusão - ABACI

Clarissa Cristina Oliveira Gonçalves (Titular) _____

Associação Baiana de Deficientes Físicos – ABADEF

Silvanete Brandão Figueiredo (Suplente) OK _____

Associação das Pessoas Com Albinismo na Bahia – APALBA

Joselito Pereira da Luz (Titular) OK _____

Fernando Santana Santos (Suplente) _____

Um Representante Estadual de Entidades Congregadas em Federações e Associações Patronais Urbanas e/ou Rurais, Exceto Entidades Patronais da Área da Saúde.

Federação das Indústrias do Estado da Bahia – FIEB

Milena Botelho Pereira Soares (Titular) OK _____

Roberto José da Silva Badaró (Suplente) _____



Um Representante Estadual Fórum de Mulheres Organizadas em Saúde

União Brasileira de Mulheres – UBM

Carolina dos Santos Nunes (Titular) _____

Rubiraci Santos de Almeida (Suplente) _____

Um Representante Estadual Fórum de Entidades de Aposentados e/ou Pensionistas, Associação dos Pensionistas e Aposentados

Associação Habitacional, Esporte, Cultura, Lazer e Formação Profissionalizantes dos Trabalhadores e Trabalhadoras do Ramo da Seguridade Social na Bahia - AFOSHACLASS-BA

Valdemir Medeiros da Silva (Titular) _____

Raimundo Rodrigues Cintra (Suplente) _____

Um Representante Estadual Fórum de Combate a Violência

Centro Afro de Promoção e Defesa da Vida Padre Eziquiel – CAP DEVER

José Silvino Gonçalves dos Santos (Titular) OK _____

Thiago Soares Carvalho (Suplente) _____

Um Representante Estadual do Fórum de Entidades do Movimento Antirracista

Fórum Pensar Saúde

Marcos Antonio Almeida Sampaio (Titular) OK _____

Marleide Castro dos Santos (Suplente) OK _____

Um Representante Estadual de Populações Indígenas ou Quilombolas

Associação Cultural e Ambientalista dos Índios Tupinambá de Olivença

Walney Magno de Souza (Titular) _____

Centro de Educação e Cultura do Vale do Iguape

Ananias Nery Viana (Suplente) OK _____